

## Vistoria - Conservação do Edificado - Art. 89.º RJUE

Exmo(a). Senhor(a)  
Presidente da Câmara Municipal de Mealhada

### REQUERENTE

Nome/Denominação:*							
Domicílio/Sede:*				N.º:		Lote:	
Código Postal:			Localidade:*				
NIF/NIPC:*			Data de Nascimento:				
Tipo de Documento de Identificação:				N.º:			
Válido até:							
Código de Acesso à Certidão Comercial Permanente:							
Contacto Telefónico:			Fax:				
E-mail:*							
Qualidade de:	<input type="checkbox"/> Arrendatário	<input type="checkbox"/> Comodatário	<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Superficiário			
	<input type="checkbox"/> Usufrutuário	<input type="checkbox"/> Outra:					

(Os campos assinalados com \* são de preenchimento obrigatório)

### REPRESENTANTE

Nome/Denominação:							
Domicílio/Sede:				N.º:		Lote:	
Código Postal:			Localidade:				
NIF/NIPC:							
Tipo de Documento de Identificação:							
N.º:			Válido até:				
Código de Consulta da Procuração Online:							
Contacto Telefónico:			Fax:				
E-mail:							
Qualidade de:	<input type="checkbox"/> Representante Legal	<input type="checkbox"/> Gestor de Negócios					
	<input type="checkbox"/> Outra:						

### NOTIFICAÇÕES

As notificações e comunicações, nos termos do disposto no artigo 121.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), serão efetuadas por <b>correio eletrónico</b> para os seguintes e-mails:	<input type="checkbox"/> Requerente
	<input type="checkbox"/> Representante
	<input type="checkbox"/> Outro (por favor, indique):
Salvo quando este meio não for possível ou se mostrar inadequado poderão ser realizadas por via postal para o Domicílio/Sede do Requerente e Representante <input type="checkbox"/>	

## IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

<b>Local</b>			
Morada:			
N.º:		Andar/ Lote:	
Freguesia:			
Código Postal:			
Sítio ou lugar:			
<b>Registo Predial</b>			
Código de Acesso à Certidão Permanente do Registo Predial:			

## PEDIDO

Vem requerer a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, ao abrigo do artigo 89.º e 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a realização de vistoria com vista:

- à determinação da execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético de segurança/salubridade ou arranjo estético para o prédio supra identificado;
- à ordenação de demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, para o prédio supra identificado.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado.
- O tratamento dos dados referidos no ponto 1 por parte do Município da Mealhada respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base seguintes condições:
  - Responsável pelo tratamento** - Município da Mealhada;
  - Finalidade do tratamento** - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público;
  - Destinatário(s) dos dados** - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;
  - Conservação dos dados pessoais** - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido;
- Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município consulte o nosso site em [www.cm-mealhada.pt](http://www.cm-mealhada.pt) ou envie um e-mail para [dpo@cm-mealhada.pt](mailto:dpo@cm-mealhada.pt).
- Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

### OUTRAS DECLARAÇÕES

O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Pede deferimento,

Mealhada,

O(A) Requerente /  O(A) Representante

(Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo,  
se o mesmo não souber ou não puder assinar)

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido.

O(A) Funcionário(a)

**Responsável pela Direção do Procedimento:**

**Contacto Telefónico:**

**E-mail:**

**Gestor(a) do Procedimento:**

**Contacto Telefónico:**

**E-mail:**

**DOCUMENTOS A APRESENTAR**

Sigla	Descrição do documento a apresentar	Formato	Assin.
<input type="checkbox"/> REQ	Requerimento	PDF/A	Sim
<b>Legitimidade</b>			
<input type="checkbox"/> LEG17	Requerente - Documento(s) comprovativo(s) da legitimidade, sempre que tal comprovação não resulte diretamente da certidão da CRP	PDF	Não
<input type="checkbox"/> LEG7	Representante - Documento(s) comprovativo(s) da qualidade de representante	PDF	Não
<input type="checkbox"/> LEG16	Certidão Negativa da CRPredial	PDF	Não
<b>Informação Topográfica</b>			
<input type="checkbox"/> INFTOP2	Planta de Localização Oficial	PDF/A	Não
<b>Projeto Demolição</b>			
<input type="checkbox"/> DEM2	Descrição do estado de conservação do imóvel	PDF/A	Sim

**FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**